

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2019.  
As vendas atingiram 3,6 milhões de toneladas no ano de 2019, volume superior ao de 2018, principalmente pelos maiores volumes vendidos no mercado interno em função do melhor nível de atividade da construção civil.  
A receita líquida de vendas alcançou R\$ 10,3 bilhões em 2019, alta de 5,1% em relação a 2018. A margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) ficou em 7,5% no período.  
A Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 361,4 milhões no ano de 2019, representando R\$ 1,54 por ação. Esse resultado foi decorrente, principalmente, das paradas programadas de manutenção das aciarias elétricas (*mini-mills*).

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 10,9 bilhões, representando um valor patrimonial de R\$ 44,53 por ação.  
Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 316,2 milhões no exercício.  
A dívida bruta da Companhia composta por empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas somava R\$ 0,1 bilhão em 31 de dezembro de 2019, dos quais 8,5% eram de curto prazo e 91,5% de longo prazo.  
Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2020.

**A ADMINISTRAÇÃO.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	123.468	56.229
Aplicações financeiras	4	533.481	44.942
Contas a receber de clientes	5	596.345	616.604
Estoques	6	1.595.781	2.250.246
Créditos tributários	7	306.017	310.391
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		13.033	76.743
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	14	-	30.249
Outros ativos circulantes		100.523	169.637
		<u>3.268.648</u>	<u>3.555.041</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Créditos tributários	7	297.086	9.200
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	836.610	952.932
Partes relacionadas	17	21.840	39.984
Depósitos judiciais	16	1.626.447	1.600.085
Adiantamento para futuro investimento em participação societária	9	807	25.387
Outros ativos não circulantes		169.519	114.131
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	9	4.071.035	4.512.701
Arrendamento mercantil - direito de uso de ativos	12	369.193	-
Intangível	11	210.274	264.137
Imobilizado	10	<u>2.194.704</u>	<u>2.189.548</u>
		<u>9.797.515</u>	<u>9.708.105</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>13.066.163</b>	<b>13.263.146</b>

**PASSIVO CIRCULANTE**

	Nota	2019	2018
Fornecedores		817.989	678.523
Empréstimos e financiamentos	13	4.462	338.348
Impostos e contribuições a recolher	15	106.548	68.770
Salários a pagar		125.235	157.065
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		103.190	54
Arrendamento mercantil a pagar	12	77.304	-
Provisão para passivos ambientais	19	6.563	18.354
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	14	-	1.176
Outros passivos circulantes		182.899	424.540
		<u>1.424.190</u>	<u>1.686.830</u>

**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

	Nota	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	47.860	283.681
Impostos e contribuições a recolher	15	38.430	15.083
Partes relacionadas	17	322	755.729
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis	16	304.431	335.149
Provisão para passivos ambientais	19	197	1.457
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.100.000
Arrendamento mercantil a pagar	12	306.169	-
Outros passivos não circulantes		9.140	13.107
		<u>706.549</u>	<u>2.504.206</u>

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota	2019	2018
Capital social		5.554.212	4.054.212
Reservas de capital		1.335.147	1.335.147
Reservas de lucros		1.919.630	1.661.397
Ajustes de avaliação patrimonial		2.126.435	2.021.354
		<u>10.935.424</u>	<u>9.072.110</u>

**TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** 13.066.163 13.263.146

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	22	10.262.769	9.777.097
Custo das vendas	23	<u>(9.488.197)</u>	<u>(8.492.412)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		774.572	1.284.685
Despesas com vendas	23	(262.948)	(298.318)
Despesas gerais e administrativas	23	(321.378)	(324.031)
Outras receitas operacionais	23	304.561	48.051
Outras despesas operacionais	23	(98.518)	(66.082)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	23	(4.658)	(1.922)
Ganhos em ativos mantidos para venda	23	-	126.301
Resultado da equivalência patrimonial	9	130.118	239.877
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS</b>		521.749	1.008.561
Receitas financeiras	24	153.796	29.387
Despesas financeiras	24	(176.722)	(156.242)
Varição cambial, líquida	24	(6.946)	(362.892)
(Perdas) ganhos com instrumentos financeiros, líquido	24	(13.126)	23.872
<b>LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		478.751	542.686
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	8	(1.059)	-
Diferido	8	(116.322)	2.836
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<u>361.370</u>	<u>545.522</u>
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	21	<u>1,54</u>	<u>2,64</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
<b>Lucro líquido apurado na Demonstração dos Resultados</b>	361.370	545.522
<b>Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro</b>		
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	129.132	329.045
Ganhos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda	-	103.434
<b>Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro</b>		
Remensurações com planos de benefícios a empregados (*)	(17.953)	36.480
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos</b>	111.179	468.959
<b>Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos</b>	<u>472.549</u>	<u>1.014.481</u>

(\*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimento em empresa controlada e coligadas.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Legal	Incentivos fiscais	Investimentos e capital de giro	Total
<b>Saldo em 01/01/2018</b>	3.654.212	1.335.147	354.311	625.904	304.961	1.285.176
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	400.000	-	-	-	-	-
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	(34.160)
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	(2.964)
Destinações propostas em Assembleia Geral:						
Reserva legal	-	-	27.276	-	-	27.276
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	13.444	-	13.444
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	-	335.501	335.501
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<u>4.054.212</u>	<u>1.335.147</u>	<u>381.587</u>	<u>639.348</u>	<u>640.462</u>	<u>1.661.397</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.500.000	-	-	-	-	-
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	(9.657)
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	3.559
Destinações propostas em Assembleia Geral:						
Reserva legal	-	-	17.951	-	-	17.951
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	2.349	-	2.349
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	-	237.933	237.933
Dividendos	-	-	-	-	-	(103.137)
<b>Saldos em 31/12/2019 (Nota 20)</b>	<u>5.554.212</u>	<u>1.335.147</u>	<u>399.538</u>	<u>641.697</u>	<u>878.395</u>	<u>1.919.630</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

**1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

Gerdau Aços Longos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdau Aços Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdau S.A., a qual, em conjunto com suas outras controladas, é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que ampliam o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, a Companhia acredita ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madrid. As Demonstrações Financeiras da Gerdau Aços Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 17/03/2020.

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 3.16. As Demonstrações Financeiras

foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2019. A Companhia elaborou suas Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Individuais, as quais devem ser lidas em conjunto.

**3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: **3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira: a) Moeda funcional e de apresentação:** É a moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. **c) Investimentos:** Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos que são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para reais (R\$). **3.2 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável. Os ativos financeiros

**CONTINUAÇÃO**

não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. **a) Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. **c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. **d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros:** A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos credores, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros em linha específica na Demonstração do Resultado. **e) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **f) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g) Instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **h) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. **3.3 - Estoques:** São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6. **3.4 - Imobilizado:** A Companhia utilizou o custo histórico deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **3.5 - Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com fornecedores e *software*. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 3.6). O intangível do relacionamento com fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos fornecedores adquiridos. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **3.6 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituída:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. **3.7 - Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.8 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **b) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.9 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social corrente correspondem aos tributos a pagar sobre o lucro tributável do exercício, conforme às alíquotas com vigência na data base das Demonstrações Financeiras, podendo incluir qualquer ajuste decorrente de exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de sua controlada, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de sua controlada e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. **3.10 - Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e bônus. Eventuais superávits com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições

futuras da patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **3.11 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **3.12 - Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútuos são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **3.13 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** O Estatuto Social prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **3.14 - Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. **3.15 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais:** Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável. **3.16 - Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 10), provisões necessárias para passivos tributários, trabalhistas e cíveis (nota 16), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 8) e estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 18). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. **3.17 - Operações de Arrendamento Mercantil - Política aplicável a partir de 01/01/2019:** A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. **3.18 - Novos pronunciamentos:** A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos e o ICPC 22 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a partir de 01/01/2019. **a) CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no Balanço Patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhece a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. A Companhia não teve impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros. A nova norma fornece expedientes práticos cuja a eleição é opcional. A Companhia adotou os seguintes expedientes práticos: 1) Não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, em vez disso, aplicou o CPC 06 (R2) a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 e o ICPC 03; 2) Não separou componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento considerando-os, então, como um único componente de arrendamento; 3) Não registrou os contratos com prazo superior a 12 meses, que na data de transição, se encerraram dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; 4) Não registrou contratos de baixo valor; 5) Excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; 6) Fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e 7) Aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como prazo de arrendamento remanescente similar, classes similares de ativos subjacentes em ambiente econômico similar). Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. A Companhia adotou esta norma em 01/01/2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 01/01/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e o ICPC 03. Os saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil são demonstrados na nota 12. **b) Emissão da interpretação ICPC 22 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2019. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. **c) Adicionalmente,** o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revistou alguns pronunciamentos, os quais tem sua adoção para o exercício de 2020 ou após, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destes pronunciamentos em suas Demonstrações Financeiras: - Alteração do pronunciamento CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos. - Alteração dos pronunciamentos CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração dos pronunciamentos CPC 48, CPC 38 e CPC 40 (R1) - Reforma da taxa de juros. Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de *hedge*. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

**4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa.....	131	277
Bancos e aplicações de liquidez imediata.....	123.337	55.952
<b>Caixa e equivalentes de caixa.....</b>	<b>123.468</b>	<b>56.229</b>
Títulos para negociação		
Aplicações em renda fixa.....	533.481	44.942
<b>Aplicações financeiras.....</b>	<b>533.481</b>	<b>44.942</b>

As aplicações de liquidez imediata contemplam aplicações com vencimento em até 90 dias e baixo risco de variação no valor justo. Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósito Bancário - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

**5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Contas a receber de clientes.....	640.402	693.709
(-) Provisão para risco de crédito.....	(44.057)	(77.105)
	<b>596.345</b>	<b>616.604</b>

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Valores a vencer.....	590.724	476.514
Vencidos:		
Até 30 dias.....	4.141	151.021
Entre 31 e 60 dias.....	9.385	6.226
Entre 61 e 90 dias.....	21.702	1.974
Entre 91 e 180 dias.....	4.939	8.639
Entre 181 e 360 dias.....	9.047	9.641
Acima de 360 dias.....	464	39.694
(-) Provisão para risco de crédito.....	(44.057)	(77.105)
	<b>596.345</b>	<b>616.604</b>

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2018.....	(97.865)
Créditos provisionados no exercício.....	(50.812)
Créditos recuperados no exercício.....	48.890
Créditos baixados definitivamente da posição.....	22.682
Saldo em 31/12/2018.....	(77.105)
Créditos provisionados no exercício.....	(38.842)
Créditos recuperados no exercício.....	34.184
Créditos baixados definitivamente da posição.....	37.706
Saldo em 31/12/2019.....	(44.057)

**6 - ESTOQUES**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Produtos prontos.....	939.570	1.319.942
Matérias-primas.....	319.903	532.501
Produtos em elaboração.....	172.107	246.225
Materiais de almoxarifado.....	142.889	133.320
Importações em andamento.....	26.305	18.382
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável.....	(4.993)	(124)
	<b>1.595.781</b>	<b>2.250.246</b>

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

Saldo em 01/01/2018.....	(651)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável.....	(819)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável.....	1.346
Saldo em 31/12/2018.....	(124)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável.....	(7.016)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável.....	2.147
Saldo em 31/12/2019.....	(4.993)

**7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	238.908	219.576
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	29.495	35.766
Imposto sobre Produtos Industrializados	25.591	32.187
Programa de Integração Social	6.837	9.491
Outros	5.186	13.371
	<u>306.017</u>	<u>310.391</u>
<b>Não circulante</b>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	230.641	-
Programa de Integração Social	49.484	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	13.002	8.609
Outros	3.959	591
	<u>297.086</u>	<u>9.200</u>
	<u>603.103</u>	<u>319.591</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários do ativo não circulante é a seguinte:

	2019	2018
2020	-	4.894
2021	59.310	3.235
2022	59.510	1.071
2023	53.432	-
2024 em diante	<u>124.834</u>	<u>9.200</u>
	<u>297.086</u>	<u>9.200</u>

**8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018.

**a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:**

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	478.751	542.686
Alíquotas nominais	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(162.775)	(184.513)
Ajustes dos impostos referentes:		
- equivalência patrimonial	44.240	81.558
- juros sobre o capital próprio	-	57.562
- incentivos fiscais	1.562	-
- realização de ativos fiscais diferidos não constituídos	1.063	41.970
- diferenças permanentes (líquidas)	(1.471)	6.259
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(117.381)</u>	<u>2.836</u>
Corrente	(1.059)	-
Diferido	(116.322)	2.836

**b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:**

	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2019
Prejuízos fiscais	500.303	1.184	501.487
Base negativa de contribuição social	166.299	3	166.302
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	114.290	(10.782)	103.508
Outras diferenças temporárias	50.071	(23.112)	26.959
Efeito de variação cambial diferida	59.129	(58.510)	619
Provisão para perdas	65.589	(24.900)	40.689
Alocação de ativos a valor justo	(2.749)	(205)	(2.954)
	<u>952.932</u>	<u>(116.322)</u>	<u>836.610</u>
Ativo não circulante	<u>952.932</u>		<u>836.610</u>

	Saldo em 01/01/2018	Reconhecido no resultado	Outros	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2018
Prejuízos fiscais	445.749	54.761	(207)	-	500.303
Base negativa de contribuição social	161.469	4.830	-	-	166.299
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	116.762	(2.472)	-	-	114.290
Outras diferenças temporárias	26.926	18.813	-	4.332	50.071
Efeito de variação cambial diferida	126.093	(66.964)	-	-	59.129
Provisão para perdas	64.857	(3.383)	-	4.115	65.589
Alocação de ativos a valor justo	-	(2.749)	-	-	(2.749)
	<u>941.856</u>	<u>2.836</u>	<u>(207)</u>	<u>8.447</u>	<u>952.932</u>
Ativo não circulante	<u>941.856</u>				<u>952.932</u>

**c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:**

	2019	Ativo 2018
2019	-	135.454
2020	76.342	106.851
2021	105.465	102.505
2022	99.381	85.881
2023	99.894	117.098
2024 em diante	<u>455.528</u>	<u>405.143</u>
	<u>836.610</u>	<u>952.932</u>

**d) Ativos fiscais não contabilizados:** Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais não operacionais, a Companhia não contabilizou uma parcela de ativo fiscal de R\$ 17.939 (R\$ 19.981 em 31/12/2018), os quais não têm uma data final para expirar.

**9 - INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL**

	Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau	Gerdau Açominas Overseas Ltd.	Outros	Total
Saldo em 01/01/2018	4.435.058	14.964	12.012	4.462.034
Resultado da equivalência patrimonial	237.939	5.751	(3.813)	239.877
Ajustes de avaliação patrimonial	423.097	-	-	423.097
Aumento de capital social <sup>(a)</sup>	-	-	9.000	9.000
Redução de capital social <sup>(b)</sup>	(621.307)	-	-	(621.307)
Saldo em 31/12/2018	4.474.787	20.715	17.199	4.512.701
Resultado da equivalência patrimonial	139.614	(486)	(9.010)	130.118
Ajustes de avaliação patrimonial	109.274	-	-	109.274
Aumento de capital social <sup>(a)</sup>	-	-	7.465	7.465
Redução de capital social <sup>(b)</sup>	(677.023)	(11.500)	-	(688.523)
Saldo em 31/12/2019	4.046.652	8.729	15.654	4.071.035
Capital social	4.860.000	176.349	-	5.036.349
Patrimônio líquido ajustado	19.520.753	8.729	-	19.529.482
Participação no capital total (%)	20,73%	100%	-	

**a) Aumento de capital social:** A Companhia, conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26/04/2019, aumentou o capital social na coligada Chopim Energia S.A., no valor de R\$ 465. Em 2018, conforme ata de Reunião da Diretoria realizada em 05/10/2018, deliberou autorizar 2 (dois) aportes, no montante de R\$ 7.000 cada a serem realizados o primeiro em 08/10/2018 e o segundo em 01/03/2019, na Sociedade Juntos Somos Mais Fideliza Ltda. Adicionalmente a Companhia, conforme Ata de reunião realizada em 09/11/2018, deliberou aumento de capital social de R\$ 2.000 na Sociedade G2L Logística Ltda. **b) Redução de capital social:** Em 2019, a Companhia reduziu seu investimento na coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau, no valor de R\$ 677.023, em decorrência da redução do capital social desta empresa conforme as atas de Alteração e Consolidação do seu Contrato Social 65º, 66º e 67º. Em 2018, a Companhia reduziu seu investimento na coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau, no valor de R\$ 621.307, em decorrência da redução do capital social desta empresa conforme as atas de Alteração e Consolidação do seu Contrato Social 61º, 63º e 64º. **c) Adiantamento para futuro investimento em participação acionária:** Em 2019 foram efetuados adiantamentos para futuro aumento de capital na coligada Chopim Energia S.A. totalizando R\$ 85 (R\$ 982 em 31/12/2018). Em 2018, o adiantamento para futuro investimento em participação societária refere-se a R\$ 24.200 em 23/03/2018 na coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau, foi objeto de capitalização durante o ano de 2019 conforme ata de Alteração e Consolidação do seu Contrato Social 62º. As informações financeiras da coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau estão demonstradas a seguir:

	2019	2018
Lucro do exercício	678.365	1.129.750
Outros resultados abrangentes	534.015	2.196.757
Total dos resultados abrangentes	<u>1.212.380</u>	<u>3.326.507</u>

**d) Aquisição de empresa:** Em 26/11/2019, a Companhia, celebrou um acordo definitivo com a Hierros Añón, S.A. e Gallega de Mallas, S.L. para a aquisição de 96,35% das ações de emissão da Siderúrgica Latino-Americana S.A. ("SILAT"), localizada em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará, por um valor econômico de US\$ 110,8 milhões (equivalente a R\$ 446,6 milhões em 31/12/2019), sujeito a ajustes habituais no valor da aquisição. Essa aquisição faz parte da estratégia da Gerdau de atender cada vez melhor seus clientes no mercado brasileiro. A conclusão da transação está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como à verificação de outras condições suspensivas usuais para o seu desfecho.

**10 - IMOBILIZADO**

**a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:**

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2018	1.992.618	4.856.809	225.890	106.555	950.291	8.132.163
Adições	82	30.657	3.105	129.658	115.768	279.270
Juros capitalizados	-	-	-	1.027	-	1.027
Transferências	18.885	133.056	137	(152.139)	61	-
Baixas/Ativos Mantidos p/Venda	(515.781)	(373.529)	(936)	(367)	(289.827)	(1.180.440)
Saldo em 31/12/2018	1.495.804	4.646.993	228.196	84.734	776.293	7.232.020
Adições	661	20.575	4.403	192.365	98.191	316.194
Juros capitalizados	-	-	-	1.087	-	1.087
Transferências	15.613	130.544	4.556	(150.885)	172	-
Baixas	(19.419)	(85.699)	(572)	(15.482)	(98.815)	(219.987)
Saldo em 31/12/2019	1.492.659	4.712.413	236.583	111.819	775.841	7.329.314
<b>Depreciação e exaustão acumulada</b>						
Saldo em 01/01/2018	(866.171)	(3.824.846)	(219.891)	-	(213.562)	(5.124.470)
Depreciação e exaustão	(38.186)	(186.846)	(3.283)	-	(114.504)	(342.819)
Transferências	18.341	5.234	158	-	(23.733)	-
Baixas/Ativos Mantidos p/Venda	71.010	125.904	928	-	226.975	424.817
Saldo em 31/12/2018	(815.006)	(3.880.554)	(222.088)	-	(124.824)	(5.042.472)
Depreciação e exaustão	(33.413)	(162.613)	(4.087)	-	(97.235)	(297.348)
Baixas	35.598	70.463	507	-	98.642	205.210
Saldo em 31/12/2019	(812.821)	(3.972.704)	(225.668)	-	(123.417)	(5.134.610)
<b>Imobilizado líquido</b>						
Saldo em 31/12/2018	680.798	766.439	6.108	84.734	651.469	2.189.548
Saldo em 31/12/2019	679.838	739.709	10.915	111.819	652.423	2.194.704

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2019 é de 6,0% a.a. (5,7% a.a. em 2018). As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios, construções e benfeitorias	10 a 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 5 anos

**b) Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado:** A Companhia não identificou evidências de qualquer perda pela não recuperabilidade do imobilizado no exercício. A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

**11 - INTANGÍVEL**

O saldo de intangível refere-se, substancialmente, ao desenvolvimento de *software*:

	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software	Total
Saldo em 01/01/2018	32.785	293.630	326.415
Aquisição	-	37.507	37.507
Amortização	(6.068)	(93.717)	(99.785)
Saldo em 31/12/2018	26.717	237.420	264.137
Aquisição	-	41.992	41.992
Amortização	(5.304)	(90.551)	(95.855)
Saldo em 31/12/2019	21.413	188.861	210.274
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	

**12 - ARRENDAMENTO MERCANTIL**

**a) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento mercantil**

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2019	150.524	92.622	106.187	3.902	353.235
Adições	9.058	51.209	-	-	60.267
Baixas	-	(1.090)	-	-	(1.090)
Remensurações	33.322	(4.651)	-	1.236	29.907
Saldo em 31/12/2019	192.904	138.090	106.187	5.138	442.319

	Depreciação acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2019	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(33.040)	(23.042)	(15.169)	(2.419)	(73.670)	
Baixas	-	544	-	-	544	
Saldo em 31/12/2019	(33.040)	(22.498)	(15.169)	(2.419)	(73.126)	

**Arrendamento mercantil líquido**

Saldo em 31/12/2019	159.864	115.592	91.018	2.719	369.193
---------------------	---------	---------	--------	-------	---------

**b) Arrendamento mercantil a pagar:** Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas onde a Companhia tem operações, ajustadas pelo *spread* de crédito da Companhia, onde em 31/12/2019 as taxas de desconto se situaram entre 7,4% a.a. a 9,2% a.a., variando conforme o prazo de duração do arrendamento mercantil.

**Vencimento arrendamento mercantil**

	2019
2020	77.304
2021	70.760
2022	61.880
2023	49.054
2024	35.824
2025 em diante	<u>88.651</u>
	<u>383.473</u>

	Arrendamento mercantil a pagar
Passivo Circulante	77.304
Passivo Não Circulante	306.169
Despesa de juros do exercício findo em 31/12/2019	30.190

**13 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

	2019	2018
Real (BRL)	52.322	218.350
Debêntures (BRL)	-	139.078
Dólar Norte-Americano (USD)	-	264.601
Total dos financiamentos	<u>52.322</u>	<u>622.029</u>
Circulante	4.462	338.348
Não circulante	47.860	283.681
Valor do principal dos financiamentos	48.094	616.258
Valor dos juros dos financiamentos	4.228	5.771
Total dos financiamentos	<u>52.322</u>	<u>622.029</u>

A taxa média ponderada nominal de juros em 31/12/2019 é de 3,20% (6,99% em 31/12/2018). Os empréstimos, financiamentos e debêntures, denominados em reais, são corrigidos por taxa fixa ou indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	2019	2018
2020	-	67.784
2021	3.540	12.915
2022	3.781	10.675
2023		

**CONTINUAÇÃO**

e financiamentos, são apresentadas na nota 13, e são principalmente compostas por taxa fixa ou indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). **Variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção:** A Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos do período de doze meses findos em 31/12/2019, totaliza R\$ 143.937 (R\$ 152.725 em 31/12/2018) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 103.872 em 31/12/2019 (R\$ 100.035 em 31/12/2018). Os impactos no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

**d) Instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Total	Passivos	Custo amortizado	Total
Aplicações financeiras	-	533.481	533.481	Empréstimos e financiamentos	52.322	52.322
Partes relacionadas	21.840	-	21.840	relacionadas	322	322
Outros ativos circulantes	100.523	-	100.523	Outros passivos circulantes	182.899	182.899
Outros ativos não circulantes	169.519	-	169.519	Outros passivos não circulantes	9.140	9.140
	<u>291.882</u>	<u>533.481</u>	<u>825.363</u>		<u>244.683</u>	<u>244.683</u>
						<b>2018</b>

Ativos	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Ativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total	Passivos	Custo amortizado	Passivos a valor justo por meio do resultado	Total
Aplicações financeiras	-	44.942	-	44.942	Empréstimos, financiamentos e debêntures	622.029	-	622.029
Partes relacionadas	39.984	-	-	39.984	relacionadas	755.729	-	755.729
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	30.249	30.249	Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	1.176	1.176
Outros ativos circulantes	169.637	-	-	169.637	Outros passivos circulantes	424.540	-	424.540
Outros ativos não circulantes	114.131	-	-	114.131	Outros passivos não circulantes	13.107	-	13.107
	<u>323.752</u>	<u>44.942</u>	<u>30.249</u>	<u>398.943</u>		<u>1.815.405</u>	<u>1.176</u>	<u>1.816.581</u>

Os instrumentos financeiros derivativos tiveram suas perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta Ganhos com Instrumentos Financeiros, líquido na Demonstração dos Resultados. **e) Operações com instrumentos financeiros derivativos: Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** A fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado. O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **Política de uso de derivativos:** A Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia. **Política de apuração do valor justo:** O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado. As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros e/ou de moeda, contratos futuros de moeda e contratos de opções de moeda. **f) Mensuração ao valor justo:** O CPC 39 define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Em 31/12/2019, a Companhia mantém certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do CPC 40 em 31/12/2019 e 31/12/2018, são os seguintes:

	Mensuração ao valor justo					
	Saldo contábil		Preços cotados em mercados idênticos (Nível 1)		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante						
Aplicações financeiras	533.481	44.942	533.481	44.942	-	-
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	30.249	-	-	-	30.249
Outros ativos circulantes	100.523	169.637	-	-	100.523	169.637
Ativo não circulante						
Partes relacionadas	21.840	39.984	-	-	21.840	39.984
Outros ativos não circulantes	169.519	114.131	-	-	169.519	114.131
	<u>825.363</u>	<u>398.943</u>	<u>533.481</u>	<u>44.942</u>	<u>291.882</u>	<u>354.001</u>
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	4.462	338.348	-	-	4.462	338.348
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	6.563	1.176	-	-	6.563	1.176
Outros passivos circulantes	182.899	424.540	-	-	182.899	424.540
Passivo não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	47.860	283.681	-	-	47.860	283.681
Partes relacionadas	322	755.729	-	-	322	755.729
Outros passivos não circulantes	9.140	13.107	-	-	9.140	13.107
	<u>251.246</u>	<u>1.816.581</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>251.246</u>	<u>1.816.581</u>
	<u>1.076.609</u>	<u>2.215.524</u>	<u>533.481</u>	<u>44.942</u>	<u>543.128</u>	<u>2.170.582</u>

**g) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento:** Conforme requerido pelo CPC 03, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2019
	Recebidos (pagos) de financiamento	Paga-mento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e sobre mútuos	Varição cambial e outros	
Empréstimos, financiamentos e debêntures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	592.956	(552.822)	(21.323)	19.781	52.322
Partes relacionadas, líquidas	715.745	(741.492)	-	6.395	(21.518)
		<u>Alterações caixa</u>	<u>Alterações não caixa</u>		
		<u>Recebidos (pagos) de financiamento</u>	<u>Despesa de juros sobre dívidas e sobre mútuos</u>	<u>Varição cambial e outros</u>	
	<u>Saldo em 01/01/2018</u>	<u>atividade de financiamento</u>	<u>de juros</u>	<u>e outros</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.436.572	(207.629)	(66.010)	61.494	592.956
Partes relacionadas, líquidas	1.915.884	(1.814.639)	-	96.482	715.745

**15 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	59.302	30.469
Encargos sociais sobre folha de pagamento	23.500	21.244
Imposto de Renda Retido na Fonte	9.064	7.678
Imposto sobre Produtos Industrializados	5.033	5.153
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	4.376	710
Programa de Integração Social e outros	5.273	3.516
	<u>106.548</u>	<u>68.770</u>
<b>Não circulante</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	38.430	15.083
	<u>144.978</u>	<u>83.853</u>

**16 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS**

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	2019	2018
<b>I) Provisões:</b>		
a) Provisões tributárias	123.514	103.582
b) Provisões trabalhistas	139.274	193.148
c) Provisões cíveis	41.643	38.419
	<u>304.431</u>	<u>335.149</u>

**a) Provisões tributárias:** As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas a compensação de créditos de PIS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. **b) Provisões trabalhistas:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. **c) Provisões cíveis:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas de natureza cível que envolvem pedidos diversos e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. A movimentação da provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada abaixo:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	335.149	343.411
(+) Adições	79.399	63.465
(+/-) Atualização monetária	33.581	32.798
(-) Reversão de valores provisionados	(143.698)	(104.525)
Saldo no final do exercício	<u>304.431</u>	<u>335.149</u>

**II) Passivos contingentes não provisionados:** Considerando a opinião dos assessores jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. **a) Contingências tributárias: a.1)** A Companhia possui discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 593.262. **a.2)** A Companhia é parte em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, no valor total atualizado de R\$ 199.730; (ii) Contribuições Previdenciárias, no valor total atualizado de R\$ 44.434; (iii) Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos, no valor total atualizado de R\$ 652.146; (iv) e outros tributos, no valor total atualizado de R\$ 199.342. **a.3)** A Companhia é parte em dois processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte cobrado sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE), no valor de R\$ 402.839, dos quais: (i) R\$ 128.495 correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e ao qual foi negado provimento pelo voto de qualidade, tendo sido interposto Recurso Especial em 17/05/2019, que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF); (ii) R\$ 136.053 correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF em 05/11/2019, ao qual foi negado provimento, tendo sido opostos Embargos de Declaração em 27/12/2019, que, atualmente, aguardam julgamento; e (iii) R\$ 138.291 correspondem a um processo em que a Companhia teve sua impugnação julgada parcialmente improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ) e interpôs Recurso Voluntário em 03/06/2019, que se encontra pendente de julgamento na primeira instância do CARF. **a.4)** A Companhia é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 5.662.734, dos quais: (i) R\$ 3.402.462 correspondem a dois processos da Companhia que se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo a Companhia ofertado garantias judiciais, mediante Seguro Garantia, e iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução, sendo que, em um deles, em 03/10/2019, foi proferida sentença julgando integralmente improcedente o lançamento fiscal, estando em curso o prazo para a interposição de recursos por parte da Fazenda Nacional; (ii) R\$ 311.885 correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, nos autos de Embargos à Execução protocolados em 08/07/2019, atualmente pendentes de julgamento; (iii) R\$ 289.372 correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, nos autos de Embargos à Execução protocolados em 14/08/2019, atualmente pendentes de julgamento; (iv) R\$ 4.219 correspondem a um processo em que a Companhia aguarda julgamento de seu Recurso Especial interposto à CSRF, ao qual foi dado seguimento parcial; (v) R\$ 66.619 correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Especial julgado em 05/12/2019, ao qual foi negado provimento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF); atualmente, a controlada aguarda intimação da decisão para tomar as providências cabíveis para a discussão judicial; (vi) R\$ 567.904 correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido, por decisão proferida pelo CARF em 18/09/2018 e notificada à empresa em 15/04/2019. Tal decisão foi objeto de Recurso Especial pela Fazenda Nacional e Recurso Especial protocolado pela empresa em 29/04/2019, ambos atualmente pendentes de julgamento; (vii) R\$ 545.606 correspondem a um processo em que a Companhia teve sua Impugnação julgada improcedente, por decisão da qual tomou conhecimento em 27/11/2018 e em face da qual interpôs Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, atualmente pendente de julgamento; e (viii) R\$ 474.667 correspondem a um processo cujo Auto de Infração foi recebido em 11/09/2019 e em face do qual foi apresentada impugnação em 10/10/2019, atualmente pendente de julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ). Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensinaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável). **b) Contingências cíveis:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 152.263. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **c) Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 148.321. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **III) Depósitos judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2019	2018
Tributários	1.535.347	1.495.298
Trabalhistas	55.694	69.752
Cíveis	35.406	35.035
	<u>1.626.447</u>	<u>1.600.085</u>

Do saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2019, o montante de R\$ 1.459.250 corresponde a depósitos judiciais realizados até 30/06/2017, referentes à discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia. Para tais ações, a Companhia vinha realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados pela taxa SELIC, que se referiam aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos. A Companhia é autora em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, para o qual vinha realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC. Os saldos registrados em 31/12/2016 referiam-se aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos. Em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes. De acordo com o parágrafo 14 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão é reconhecida apenas quando "seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação" dentre outros requisitos. Em 31/03/2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de Nº 574.706/RG com repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil realizou a reversão da provisão contábil acima mencionada. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão. A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, nos termos do parágrafo 59 do CPC 25. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este tema no futuro. Por fim, a Companhia informa que em 18/12/2019 transitou em julgado a decisão final proferida em uma das ações acima mencionadas, assegurando-lhe: i) o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação, bem como durante a sua tramitação, no valor de R\$ 280 milhões (R\$ 185 milhões, líquidos de impostos), e ii) o direito ao levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação no montante de R\$ 187 milhões.

**17 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**a) Composição dos saldos de mútuos:**

	2019	2018
<b>Mútuos ativos</b>		
<b>Empresa controladora</b>		
Gerdau S.A.	2	4.094
<b>Outras partes relacionadas</b>		
Gerdau Açominas S.A.	-	3.392
<b>Outros</b>		
Fundação Gerdau	21.838	32.498
	<u>21.840</u>	<u>39.984</u>

	2019	2018
<b>Mútuos passivos</b>		
<b>Empresa controlada</b>		
Gerdau Açominas Overseas Ltd.	-	(61.764)
<b>Outras partes relacionadas</b>		
Gerdau Açominas S.A.	(322)	-
Gerdau GTL Spain S.L.	-	(693.965)
	<u>(322)</u>	<u>(755.729)</u>

Despesas financeiras, líquidas

**b) Condições de preços e encargos:** Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxa CDI e taxa *Libor* mais variação cambial, quando aplicável.

**c) Operações com partes relacionadas:**

	2019		2018	
	Compras	Vendas	Receitas (despesas)	Contas a receber (a pagar)
<b>Empresa controladora</b>				
Gerdau S.A.	31.337	(277.605)	(29.874)	5.963
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Diao S.A.	-	(217.659)	-	5.775
Cyrgo S.A.	-	(8.351)	-	375
Gerdau Açominas S.A.	1.860.797	(37.952)	-	(177.260)
Gerdau Summit Aços Fundidos	-	-	-	(185.327)
e Forjados S.A.	-	(5.095)	-	(147)
Gerdau Ameristeel US Inc.	29.992	-	-	-
Gerdau Laisa S.A.	-	(22.699)	-	272
Sipar Aceros S.A.	-	(143.254)	-	38.248
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	-	(540.892)	-	2.445
Siderco S.A.	-	(18.034)	-	4.970
Gerdau AZA S.A.	-	(6.159)	-	-
Industrias Nacionales C. por A.	-	(675.240)	-	59.857
G2L Logística Ltda	101.536	-	-	(3.379)
Outros	-	-	-	19
				2.809

**d) Debêntures:** Em 31/12/2019, a Companhia não possui debêntures em circulação (2.447 debêntures no montante de R\$ 139.078 em 31/12/2018). **e) Avais concedidos:** A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdau Açominas S.A., e a controladora Gerdau S.A., prestam garantia às partes relacionadas GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc., Gerdau Trade Inc. e GUSAP III LP, nas emissões

**CONTINUAÇÃO**

**18 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

**a) Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego:** A Companhia patrocina plano de pensão de benefício definido, administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento deste plano, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes deste plano, agora saldado, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida conforme descrito na letra "b" abaixo, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em virtude do processo de migração e encerramento do plano de pensão, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para este plano. O saldo dos ativos e passivos dos planos não são materiais e a conciliação é apresentada a seguir:

	2019	2018
Valor presente da obrigação de benefício definido	(32.119)	(27.971)
Valor justo dos ativos do plano	49.973	47.170
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(17.854)	(19.199)
Efeito líquido	-	-

**b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego:** A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 19.889 em 31/12/2019 (R\$ 18.959 em 31/12/2018).

**19 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS**

A Companhia reconheceu, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 6.760 em 31/12/2019, sendo R\$ 6.563 no passivo circulante e R\$ 197 no passivo não circulante (R\$ 19.811 em 31/12/2018, sendo R\$ 18.354 no passivo circulante e R\$ 1.457 no passivo não circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

**20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:** O capital social autorizado em 31/12/2019 e 31/12/2018 é de 300.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Em 31/12/2019, estão subscritas e integralizadas 245.563.230 ações ordinárias (210.700.836 em 31/12/2018) e 22.362 ações preferenciais (19.189 em 31/12/2018), totalizando o capital social realizado de R\$ 5.554.212 (R\$ 4.054.212 em 31/12/2018). Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.100.000, passando de R\$ 4.054.212 para R\$ 5.154.212, mediante a emissão de 25.549.357 novas ações ordinárias e 2.327 novas ações preferenciais, todas sem valor nominal. Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/06/2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 400.000, passando de R\$ 5.154.212 para R\$ 5.554.212, mediante a emissão de 9.290.675 novas ações ordinárias e 846 novas ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. **b) Reserva de capital:** Refere-se principalmente à reserva de ágio, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos do artigo 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, no montante de R\$ 1.335.147 em 31/12/2019 e em 31/12/2018. **c) Reservas de lucros: I) Legal** - Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **II) Incentivos fiscais** - Pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. **III) Investimentos e capital de giro** - É composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **d) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, efeitos com plano de incentivo de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	361.370	545.522
Constituição da reserva legal	(17.951)	(27.276)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.349)	(13.444)
Base para dividendos	341.070	504.802
Dividendos e juros sobre capital próprio	(103.137)	(169.301)
Lucro líquido remanescente	237.933	335.501
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	(237.933)	(335.501)

O montante de dividendos creditados no exercício de 2019 foi de R\$ 103.137 conforme demonstrado a seguir:

Período	Natureza	R\$/ação	Ações em circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2019	2018
2º Trimestre/18	Juros	0,55	210.720	21/05/2018	01/06/2018	-	110.299
3º Trimestre/18	Juros	0,28	210.700	22/08/2018	31/08/2018	-	59.002
4º Trimestre/19	Dividendos	0,42	245.563	27/02/2020	10/03/2020	103.137	-
						<u>103.137</u>	<u>169.301</u>
						0,14	0,40

Crédito por ação (R\$) .....  
O lucro remanescente foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do Estatuto Social.

**21 - LUCRO POR AÇÃO**

	2019		2018	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		(Em milhares, exceto ações e dados por ação)	
<b>Numerador</b>				
Lucro alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	361.337	33	361.370	50
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria	235.282.414	21.428	206.463.018	18.803
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	1,54	1,52	2,64	2,64

**22 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS**

	2019	2018
Receita bruta de vendas	12.506.337	11.912.888
Impostos incidentes sobre vendas	(2.237.422)	(2.130.565)
Descontos	(6.146)	(5.226)
Receita líquida de vendas	<u>10.262.769</u>	<u>9.777.097</u>

**23 - DESPESAS POR NATUREZA**

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	2019	2018
Depreciação, exaustão e amortização	(466.873)	(442.604)
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.085.604)	(1.087.780)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(7.327.172)	(6.329.357)
Fretes	(608.548)	(632.672)
Outras despesas/receitas	(382.941)	(642.301)
Ganhos em ativos mantidos para venda	-	126.301
	<u>(9.871.138)</u>	<u>(9.008.413)</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(9.488.197)	(8.492.412)
Despesas com vendas	(262.948)	(298.318)
Despesas gerais e administrativas	(321.378)	(324.031)
Outras receitas operacionais	304.561	48.051
Outras despesas operacionais	(98.518)	(66.082)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(4.658)	(1.922)
Ganhos em ativos mantidos para venda	-	126.301
	<u>(9.871.138)</u>	<u>(9.008.413)</u>

**24 - RESULTADO FINANCEIRO**

	2019	2018
Rendimento de aplicações financeiras	5.966	3.771
Juros recebidos e outras receitas financeiras	147.830	25.616
Total Receitas financeiras	153.796	29.387
Juros sobre a dívida	(19.781)	(61.494)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(156.941)	(94.748)
Total Despesas financeiras	(176.722)	(156.242)
Variação cambial, líquida	(6.946)	(362.892)
(Perdas) ganhos com instrumentos financeiros, líquidos	(13.126)	23.872
Resultado financeiro, líquido	(42.998)	(465.875)

**25 - SEGUROS**

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, raio, vendaval, alagamento, quebra de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de patrimônio, que cobrem ativos de até R\$ 9.282.517.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

Aos Administradores e Acionistas da Gerdau Aços Longos S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Gerdau Aços Longos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Gerdau Aços Longos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**  
**Demonstrações financeiras consolidadas**

A Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas da Gerdau Aços Longos S.A. e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 17 de março de 2020.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com as demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de março de 2020

**KPMG** KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/F-7

**Cristiano Jardim Seguecio**  
Contador CRC SP-244525/O-9-T-RS

**DIRETORIA**

**Diretor Presidente**  
GUSTAVO WERNECK DA CUNHA

**Diretor Vice-Presidente**  
HARLEY LORENTZ SCARDOELLI

**Diretores**  
CESAR OBINO DA ROSA PERES  
FÁBIO EDUARDO DE PIERI SPINA  
FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO  
HERMENIO PINTO GONÇALVES  
MARCOS EDUARDO FARACO WAHRHAFTIG  
MAURO DE PAULA

**Contadora**  
DENISE ABREU LANZONI  
CRC RS 093.282/O-2-S-RJ  
CPF nº 994.509.760-15